

INVÁLIDOS DE ANGOLA

Entre os elementos da nossa sociedade, pode dizer-se que as Vítimas da Guerra são os que mais resignadamente teem esperado até agora que justiça lhes fôsse feita ás conseqüências que suportam dos sacrificios «*consentidos*»,—é certo,—em prol da Justiça, do Direito e da Liberdade tão apregoadas, mas sem que porisso o seu gesto, a sua situação e essas conseqüências tenham perdido da sua importância e do seu valor.

Estão sem receber vencimentos alguns, desde Fevereiro último, os inválidos cujos abonos correm pelo Ministerio das Colónias, a cargo da Provincia de Angola.

Seriam descabidos quaisquer comentários com que se estigmatizasse o que ha de inhumano e, mesmo, ilógico, nesta situação em que deixam de ser satisfeitas as «*pensões*» que o Estado reconhece serem devidas como «*reparação*» dum prejuizo fisico sofrido, ao mesmo tempo que se colocam os interessados na impossibilidade de satisfazer os legitimos compromissos tomados em face da confiança que o Estado e o seu próprio direito lhes mereciam, compromissos cujo cumprimento, no entanto, o mesmo Estado lhes exige sob pena de sanções disciplinares severas.

Os inválidos estão cansados da retórica official illusória com que se architectam fórmulas sem sentido pratico.

De nada valer legislar os vencimentos, se estes não são pagos.

O desenvolvimento da consciência individual e o alargamento das relações internacionais, pondo em contacto os mais variados elementos, provocaram o conhecimento que muitas Vítimas da Guerra foram adquirindo, pouco a pouco, dos direitos que perante a justiça social lhes pertenciam. E aquilo que até ontem sentiam por uma noção inata da justiça, tomou vulto e hoje representa um conhecimento elevado, quasi perfeito, a convicção firme de que foram votados a um injusto e quasi criminoso abandono, convicção que,—apoiada sôbre factos e circunstâncias iniludíveis, se evidencia plenamente na penível situação agora criada aos inválidos de Angola, ilustrando de forma eloquente e inequívoca a diferença que existe entre o tratamento que aqui em Portugal é dado às Vítimas da Guerra e o que lá fóra se faz, em igualdade de circunstâncias, sob o impulso, no entanto, da mesma «*fonte de direito*».

Nós bem sabemos que as recordações se esbatem facilmente e não precisamos de que nos frisem mais que, ao passo que o manto do esquecimento envolve a sua glória e o seu sacrificio, o próprio combatente quasi desaparece hoje entre a multidão indifferente.

... Na marcha vertiginosa do tempo, declina uma geração que já não pensa no passado e surge uma outra que não pensa no futuro...

Côncios, porém, da sua capacidade cívica plenamente formada, os inválidos não podem abdicar, e não abdicam, dos seus direitos naturais e das garantias asseguradas pela Lei que são, em última análise, o que lhes resta do grande património moral que como cidadãos e como soldados ajudaram a conquistar, com o seu sangue e os seus sofrimentos.

Ocorre salientar, mais uma vez e muito especialmente neste caso, que os inválidos, como as demais Víctimas da Guerra, não pesam no orçamento do Estado da forma por que se julga, pois que, se recebem pelas rubricas das classes inactivas dos diferentes Ministérios, é preciso não esquecer que essas importâncias teem uma contra-partida no *orçamento das receitas*... Com efeito, a Alemanha continua a pagar, em virtude do art. 232 do «Tratado de Versailles», as verbas estabelecidas pelo plano Owen-Young, a título de «*reparações*», e ainda agora todos os jornais portugueses referem que, em 1931/32, Portugal tem a receber a sua quota parte de *1.800.000 marcos-ouro*.

Ora as pensões das Víctimas da Guerra, nos termos da lei, correspondem ao «*preço do sangue*», e constituem um crédito privilegiado cuja base jurídica, repetimos, existe plena e insofismável no n.º 5 do Anexo I á Parte VIII Secção I, do já citado «Tratado de Versailles».

Recusamo-nos a acreditar que estas disposições sejam já ostentações vãs que a onnipotência dos corrilhos burocratas possam atropelar e restringir sem respeito, nem pudor.

F. d'Almeida Pinheiro, cap. Inv. de Guerra